

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

PABLO RAFAEL DE SOUSA MENDES

DA AUDIODESCRIÇÃO À MEDIAÇÃO: o bibliotecário como audiodescritor

São Luís
2025

PABLO RAFAEL DE SOUSA MENDES

DA AUDIODESCRÇÃO À MEDIAÇÃO: o bibliotecário como audiodescritor

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora Profa. Dra. Jaciara Januário da Silva

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

de Sousa Mendes, Pablo Rafael.

DA AUDIODESCRÇÃO À MEDIAÇÃO : o bibliotecário como
audiodescritor / Pablo Rafael de Sousa Mendes. - 2025.
49 f.

Orientador(a): Jaciara Januário da Silva. da Silva.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Audiodescrição Na Biblioteconomia. 2.
Bibliotecário Como Mediador. 3. Bibliotecario Como
Audiodescritor. I. da Silva., Jaciara Januário da Silva.
II. Título.

DA AUDIODESCRÇÃO À MEDIAÇÃO: o bibliotecário como audiodescritor

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Januário

Aprovado em: São Luís, MA. ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jaciara Januário da Silva (orientadora)
Doutora em Multimédia da Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Isabel Diniz
Doutora em Multimédia em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Raimunda Ribeiro
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe e ao meu pai que batalharam para que eu pudesse estar vivo.

“[...] a audiodescrição é uma mágica que faz os cegos enxergarem”

Lívia Maria Villela de Matto Motta (2010)

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus por ter me dado, força, fé, perseverança e muita vontade de vencer. Este trabalho concretiza não só uma vitória minha, mas, também, de todas as pessoas que torceram e me ajudaram de alguma forma para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a minha mãe por me acompanhar nesta caminhada de anos e sempre me ajudar a seguir em frente, em todos os momentos da minha vida.

Agradeço a Professora e Diretora do Centro de Ciências Sociais, Lindalva Maciel por ser tão acolhedora com as Pessoas com Deficiência, militante e ser um exemplo tão lindo de resiliência

Agradeço às queridas e, assim por dizer, amadas, Samara, Safira, e a Pequena Luninha meu amor, que me enche de alegria a todo tempo, todo dia, todo instante.

Agradeço a Débora Louzeiro, minha grande amiga e parceira do Projeto de Pesquisa Comportamento Infocomunicacional dos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior Ludovicense, o nosso querido e amado INFOLUDO por me incentivar do seu jeito a finalizar esse trabalho.

Agradeço ao Bibliotecário Gleydson meu amigo, que me ajudou durante toda a trajetória no curso e nessa fase especial de monografia.

Agradeço aos meus vizinhos, Seu Francisco, Dona Conceição, Cleiton, Cleilton, Cleitiane e Antonio (Tonho) pelas inúmeras vezes que correram até lá em casa para me avisarem das ligações da Rede Sarah de Hospitais.

Agradeço ao seu Flávio, que graças a ele e através de uma ligação, eu consegui entrar no Hospital Sarah depois de inúmeras tentativas e assim eu pude fazer o tratamento, cirurgia, e acompanhamento e ter uma qualidade de vida.

Agradeço a Vanusa e Rary, casal no qual tenho maior gratidão por ser um pilar na minha vida.

Agradeço a Gleyce e sua filha Duda, que são grandes amigas e considero da família que me incentivam muito a seguir como pesquisador.

Agradeço a Dyêgo, meu amigo e parceiro que entrou juntamente comigo no curso de Biblioteconomia e que me ajudou de várias maneiras de como ver o curso de forma esplêndida e acompanhou momentos bem difíceis que tive ali no começo.

Agradeço imensamente a Dona Severa, ex secretária do Centro de Ciências Sociais da UFMA que por vezes me motivou a continuar no Curso e me presenteava

com aquele café e algumas bolachas.

Agradeço a Aldo, meu grande amigo que por centenas de vezes me ajudou a não sentir fome e que me incentivou a fazer o curso.

Agradeço a Anália, minha amiga que me ajudou tanto quando entrei na universidade por ser funcionária na época.

Agradeço a Shirley e a Dulce que trabalham na Proaes e sempre foram atenciosas e cuidadosas comigo em relação às bolsas que a universidade oferece.

Agradeço a Professora Dirlene Santos Barros, chefe de departamento do curso de Biblioteconomia da UFMA, por ter me amparado, ajudado e incentivado em um momento bem delicado para prosseguir no curso. Graças a ela, consegui mostrar o meu potencial e a entrar em outros grupos e projetos de Pesquisa.

Agradeço a Professora Aldinar Bottentuit que, em 2017, enquanto coordenadora do curso me abraçou respectivamente ao chegar na UFMA.

Agradeço a Professora e atual coordenadora do curso de Biblioteconomia Silva Vetter que sempre me deu um apoio maravilhoso e que está sempre muito preocupada com a acessibilidade no curso.

Agradeço ao Professor Roosevelt Lins pela acolhida nos primórdios do curso e todo o suporte tecnológico para que eu pudesse estudar e que me mantivesse no curso.

Agradeço aos Professores César Castro, Diana Rocha e Samuel Castelhanos por terem me convidado para integrar o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras, o NEDHEL. Onde tive um grande aprendizado e percebi o quanto eu era importante para os Docentes e para o curso.

Agradeço a Professora Isabel Diniz e Raimunda Ribeiro que me convidaram para ser integrante do Projeto de Pesquisa Comportamento Infocomunicacional dos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior Ludovicense, o INFOLUDO. Onde juntamente a minha parceira e pessoa que amo, a Débora, nos deram espaço para disseminar informações sobre o curso de Biblioteconomia, acessibilidade e muito mais.

Agradeço a minha amiga Luzdivina que conheci durante a caminhada acadêmica na UFMA e que sempre me motiva, ajuda, incentiva e sempre disposta a ajudar

Agradeço imensamente à Professora Doutora e minha orientadora Jaciara

Januário, que me escolheu como orientando, me concedendo assim a oportunidade de poder levar um pouco mais de conhecimento sobre a audiodescrição.

RESUMO

A audiodescrição é uma tecnologia assistiva que auxilia Pessoas com Deficiência Visual, Baixa Visão, Baixo Letramento e Síndrome de Down. A investigação objetiva compreender como o Bibliotecário pode ser um audiodescritor em bibliotecas. O caráter bibliográfico e documental, teve o recorte temporal da temática nos anos de 2015 a 2025, sendo, portanto, a audiodescrição apresentada na literatura neste período. Verifica as convergências entre a Biblioteconomia, Ciência da Informação e a audiodescrição, visando identificar as Competências do Bibliotecário como Mediador no processo de Audiodescrição. Para isto, foram utilizadas as bases de dados, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google acadêmico. Para a pesquisa documental foram trabalhadas as leis, portarias e normas técnicas brasileiras, aplicadas à área de investigação. Os resultados demonstraram que a área da Ciência da informação está bem mais avançada nas pesquisas científicas, enquanto a biblioteconomia é pouco mencionada nas pesquisas dessas bases de dados. Conclui que existe um cenário favorável ao exercício profissional do bibliotecário como audiodescritor. Embora, seja satisfatório é preciso que haja mais estudos que aprofundem as técnicas de audiodescrição para o Bibliotecário audiodescritor

Palavras-chave: Audiodescrição na Biblioteconomia; Bibliotecário como mediador; Bibliotecário como audiodescritor

ABSTRACT

Audio description is an assistive technology that helps people with visual impairments, low vision, limited literacy, and Down syndrome. This bibliographical research aims to present the timeframe of the topic from 2015 to 2025, how audio description is presented in the literature during this period, examine the convergences between library science, information science, and audio description, and identify the librarian's competencies as a mediator in the audio description process. To this end, the Brazilian Library of Theses and Dissertations and Google Scholar databases were initially used. Keyword filters were used as filters, which showed that information science is well ahead in scientific research, while library science is rarely mentioned in these databases. Based on these data, a study was conducted with an emphasis on Law No. 13,146 of 2015. The results were satisfactory. However, there needs to be more studies that delve deeper into the role of the Librarian as an audio describer, so that audio description techniques can be further explored for future studies.

Keywords: Audio Description in Librarianship; Librarian as Mediator; Librarian as Audio Describer

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
2.1 Pesquisa Bibliográfica	16
3 AUDIODESCRIÇÃO: contexto histórico	19
4 MITOS E VERDADES SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO	24
4.1 Convergências entre a Biblioteconomia e Ciência da Informação na audiodescrição	28
4.2 O Bibliotecário como mediador no processo de audiodescrição	30
5 O SERVIÇO DE AUDIODESCRITOR	34
5.1 O Bibliotecário e a Audiodescrição	39
6 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A audiodescrição vem sendo utilizada em diferentes meios de comunicação, seja no rádio, na televisão, em redes sociais, dentre outros. Todavia, há um estereótipo acerca desse recurso, a exemplo: a audiodescrição só trabalha com áudio? Partindo desse argumento e trazendo para a área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, As habilidades e competências profissionais do Bibliotecário permitem uma melhor atuação como audiodescritor De acordo com as diretrizes curriculares do Ministério da Educação (MEC)

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta. (Mec ,2001, p.32).

Diante disso, tendo como justificativa, a experiência de trabalhar audiodescrição no Projeto de Pesquisa Comportamento Infocomunicacional dos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior, conhecido como INFOLUDO, nome este que usaremos no decorrer da pesquisa, tem como objetivo compreender os tipos de comportamentos infocomunicacionais apresentados pelos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) em São Luís, estado do Maranhão.

O incômodo que carregava de como as Pessoas com Deficiência visual total, e parciais poderiam ter acesso a imagens, figuras, fotos e aos vídeos do nosso Instagram era uma barreira, e pensava no que poderíamos fazer. A partir do momento que conhecemos a audiodescrição comecei a explorar mais e a ter mais “curiosidades” sobre a área, esse contato prático com a audiodescrição, norteou a temática para esta pesquisa, que no começo, a ideia era a implementação ou melhor dizendo, como utilizar a audiodescrição enquanto ferramenta de inclusão na Biblioteca?

Por questões metodológicas, não tivemos como trabalhar com esta temática, mas como crio roteiros, faço pautas juntamente com minha amiga, parceira e Bibliotecária Débora Louzeiro, editamos vídeos, integramos a Comissão de Acessibilidade do Centro de Ciências Sociais (CCSO) e no meu caso, integro a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Maranhão. Diante disso, estando em contato com este público das Pessoas com Deficiência visual ou

parcial, conhecidas também como baixa visão que, no caso de 10 (dez) pessoas, 7 (sete), possuem algum tipo de Deficiência visual por intermédio da sala D 101 conhecida como “Sala da Acessibilidade do CCso”.

A partir de 2021, pouco tempo depois que entrei para o Projeto, algo incomodou e gerou o questionamento: como fazer com que as pessoas que são cegas pudessem ter o mesmo acesso àquela imagem postada no *Instagram* do INFOLUDO? Essa indagação, mostrou-se necessária visto que Mesquita et. al. (2025, p. 24), apontam que:

[...] as pessoas com deficiência visual utilizam as redes sociais pelos smartphones ou computadores por meio de leitores de tela, ou seja, softwares de leitura usados para obterem respostas por meio sonoro. São exemplos de leitores de telas e sintetizadores de voz usados por pessoas com deficiência visual: Jaws, NVDA, TalkBack, VoiceOver, entre outros. Algumas pessoas com baixa visão não utilizam leitores de tela, preferindo o recurso da fonte ampliada.

É importante deixar claro que todas as pessoas, mesmo pessoas sem deficiência, podem fazer uso da audiodescrição. Em constante pesquisa, conheci o recurso chamado audiodescrição, por isso começamos a aplicar a audiodescrição nas imagens no *Instagram*, que permitia alcançar mais pessoas. Partindo desse pressuposto, surgiu a problemática: Como o bibliotecário pode ser um mediador da informação por intermédio da audiodescrição?

O bibliotecário, antes de todos, deverá ser quem pensa na sua função. Pensar na mediação, portanto, é um meio para se alcançar um fim. Esse fim não deve ser a informação, mas, sobretudo, o usuário. Independente da sua especialidade, do suporte informacional e do local onde ele trabalha, o bibliotecário é um mediador submetendo os processos técnicos em favor da disseminação da informação. (Salcedo; Silva, 2017, p. 29)

Pontuamos desde já, duas questões: a *primeira* é que o usuário que faça uso ou solicite a audiodescrição, tem direito garantido por Lei “O acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;” como traz a Lei nº 13.696 de 2018 no art. 2, § Primeiro. Essa Lei no art. 1º traz “Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.” a *segunda*, que enfatizamos neste estudo, é a Pessoa com Deficiência Visual que já nasceu sem a visão.

Em continuidade, apresentamos o objetivo geral que é: Compreender como o Bibliotecário pode ser um audiodescritor em bibliotecas. Quanto aos objetivos específicos, foram definidos:

- a) levantar a Literatura no período de 2015 a 2025;
- b) verificar as convergências entre a Biblioteconomia (BI), Ciência da Informação (CI) e Audiodescrição;
- c) identificar as Competências do Bibliotecário como Mediador no processo de Audiodescrição.

Na metodologia, a pesquisa se apresenta como Bibliográfica e documental. Quanto a pesquisa bibliográfica, a nossa base de pesquisa foi em artigos, monografias, dissertações, teses, fontes especializadas na área de audiodescrição, sites e Revistas Científicas; dessa feita, “A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. (Vergara, 2005, p. 48).

As seções são apresentadas de forma cronológica, para que se entenda como se chegou à mediação da informação através da Audiodescrição. Começando pelo contexto histórico, que sinaliza o primeiro estudo apresentando para a sociedade e qual o formato da audiodescrição naquele momento; a seguir, a seção mitos e verdades que rodeiam a audiodescrição mostra a importância de se audiodescrever.

As demais seções Técnicas de Audiodescrição, apresenta quais as técnicas que o profissional precisa dominar e pré-requisitos; o Serviço de audiodescritor, apresenta como e onde executar a audiodescrição, o Bibliotecário e audiodescrição, nesta seção, discutimos como essa tecnologia pode ser utilizada pelo bibliotecário.

A Biblioteconomia e Ciência da Informação por mais que tenham como objeto de estudo a informação registrada, nesta seção, buscamos apresentar as convergências, ou seja, o que tem em comum com a audiodescrição, como última seção, intitulada bibliotecário como mediador no processo de Audiodescrição, é mostrado como o processo de mediação da informação acontece via Bibliotecário.

Ao longo dessa pesquisa, foi verificado que o Bibliotecário é capacitado para ser um audiodescritor, mas que precisa entender como funciona a questão da mediação da informação por intermédio da audiodescrição, isto porque existe todo um processo para entender a mediação da leitura utilizando a audiodescrição.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem caráter bibliográfico e visa a atualização do conhecimento publicado sobre a temática proposta, como afirma Sousa; Oliveira e Alves (2021, p. 66): “A pesquisa bibliográfica é importante para o meio científico pois constantemente atualiza o conhecimento de fontes escritas que já foram publicados”.

Utilizamos, ainda, a pesquisa documental por proporcionar à aproximação das fontes de informações de cunho legal (decretos, leis, portarias, normas técnicas).

Para tanto, temos como Base teórica os autores: Maia, Élide Lopes (ano); Escola Nacional de Administração pública; Moreira, Denyse Guedes (); Barbosa, Luciane Maria Molina (); Conselho Regional de Biblioteconomia, CR6; Associação Brasileira de Normas Técnicas 16452, que tratam especificamente da audiodescrição, Lei nº 13.146 de 2015; Lei nº 14.696 de 2018; Almeida, Ana Carolina Correia (); Moreira, Maria das Graças (); Santos, Ana Paula Lima dos (); Pinto, Fabiana de Melo Amaral Gonçalves () e Marielle Duarte Carvalho ().

Diante da falta de acessibilidade, principalmente, às Pessoas com Deficiência Visual total não só em bibliotecas, mas também em outros meios, como a falta de audiodescrição em sala de aula, em produções audiovisuais educativas, e em Bibliotecas,

[...] a falta de produtos e serviços que atendam às necessidades de todos, faz com que pessoas com alguma deficiência tenham poucas opções de acesso à informação devido à ausência de acessibilidade. As pessoas com alguma deficiência sensorial, tal como os deficientes visuais, necessitam de informações adicionais para que efetivamente estejam inseridos nessa sociedade (Guedes, Barbosa 2020, p. 3)

Para Ranganathan pensador indiano, matemático e interessado pela área de Biblioteconomia e que instituiu às cinco leis da Biblioteconomia, a saber: Os livros são para serem usados, Todo livro tem seu leitor, Todo leitor tem seu livro, Poupe o tempo do leitor e uma Biblioteca é um organismo em crescimento. Partindo dessa ideia, como fica a questão para as Pessoas que são Deficientes Visual total para a leitura das imagens deste material sem uma audiodescrição? Para clarear esse questionamento, enfatizamos Costa e Oliveira (2022, p.172) ao apontar que:

Uma vez que no ensino superior estão presentes discentes com as mais diferentes tipologias de deficiência, compreende-se que, para que se faça cumprir a segunda Lei – cada livro o seu leitor –, a mesma informação precisaria estar disponível em suportes informacionais diferentes sem distinção de usuário.

Partindo desse pressuposto, Guedes e Barbosa (2020, p.4) comentam que:

“[...] tudo o que pode ser visto, pode [sim] ser descrito” garantindo assim o direito à inclusão da Pessoa com Deficiência como descrito na Lei de Acessibilidade de 2015: “Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros: I - subtítuloção por meio de legenda oculta; II - janela com intérprete da Libras; III – audiodescrição”.

Audiodescrição não é exclusividade dos Deficientes Visuais, pois Pessoas com Dislexia, Síndrome de Down, idosos, baixo letramento, monolulares, surdocegos, Pessoas com déficit de atenção, também podem fazer uso também dessa ferramenta. Assim, o Centro de Comunicação da UFMG destaca que:

O recurso é direcionado às pessoas com deficiência visual, mas pode beneficiar públicos com outras deficiências, transtornos e também pessoas idosas. A audiodescrição pode e deve ser utilizada em produtos e serviços educacionais, culturais e de entretenimento, permitindo um acesso mais amplo para todos. (UFMG, 2020, p. 1).

A audiodescrição recebe algumas nomenclaturas que são conhecidas como: recurso e tecnologia assistiva, mas nesta pesquisa, optamos por usar o nome de audiodescrição porque é mais aceita e conhecida na Área de Ciência da Informação.

2.1 Pesquisa Bibliográfica

Iniciamos o mapeamento da temática audiodescrição na literatura fazendo um recorte temporal no período de 2015 a 2025. Iniciativa está ocorrida em duas bases de dados, para analisar como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação e a audiodescrição se relacionam, isto é, como são vistas na Literatura. Dessa forma, as bases de dados selecionadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico; a escolha deu-se por seu peso acadêmico e científico, dessa forma,

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Reúne, em um só portal de busca, teses e dissertações defendidas em todo o país e por brasileiros no exterior. No site, há métrica que indica o número de visualizações de cada trabalho, fazendo um ranking – útil para identificar quais trabalhos estão sendo mais usados como referência (Barleta; Silva; Dias 2018, p. 4)

Apresentamos no Quadro 1 como foi o processo para coletar as informações

que nortearam a pesquisa.

Quadro: 1 Base de dados BDTD

Bases de Dados Consultadas	Estratégia utilizada	Total de arquivos	Arquivos Utilizados
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BDTD	Pesquisa por Palavras - chave:	nenhum documento encontrado	0
	“Audiodescrição e Biblioteconomia;”	nenhum documento encontrado	0
	“Ciência da Informação e Audiodescrição” 12 arquivos em 2 seções	12 arquivos no geral	somente 2 foram utilizados como referência

Fonte: O autor

Na Base de Dados da Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) (Quadro 1) percebemos a falta de trabalhos com a temática em Audiodescrição na área de Biblioteconomia e vice - versa, com a ressalva de um trabalho Denominado Acessibilidade para os usuários com deficiência intelectual em Biblioteca Pública: um estudo de caso em Nova Iguaçu do autor Marcos Pastana Santos de 2015.

Observamos que quando pesquisamos pela palavra-chave: “Ciência da Informação e audiodescrição” ainda na BDTD (Quadro 1) recuperaram-se 12 (doze) arquivos, selecionados especificamente sobre a temática para estudo. Divididos em 8 (oito) seções/abas de Busca e dentre estes, somente dois (2) foram utilizados como base de referência. Quando utilizamos a palavra-chave: “Audiodescrição e Biblioteconomia” não encontramos nenhum artigo.

Na Base de dados do Google acadêmico (Quadro 2), utilizamos como estratégia na recuperação da informação a palavra-chave em duas situações, com os termos: “audiodescrição e Biblioteconomia” que recuperou 556 arquivos dentre oito seções, no qual, foram recuperados 15, destes somente 6 foram utilizados para o embasamento teórico desta pesquisa. Com a palavra-chave: “Audiodescrição e Ciência da informação” foram recuperados 6.020 documentos. Dentre as 8 seções/abas pesquisadas, 4 artigos foram escolhidos para o referencial; dessa feita,

O Google Acadêmico é uma ferramenta poderosa desenvolvida pelo Google para facilitar a busca de literatura acadêmica. Desta forma, é uma versão especializada do mecanismo de busca do Google, projetada especificamente para encontrar artigos científicos, teses, dissertações, livros e relatórios técnicos.

Quadro 2: Base de dados Google acadêmico

Base de Dados Consultadas	Estratégia utilizada	Total de arquivos	Arquivos utilizados
Google Acadêmico	Pesquisa por palavras-chave: “Audiodescrição e Biblioteconomia” – 556 arquivos	556 arquivos totais	Parou na página 8 com 15 arquivos, dos quais 8 não foram utilizados como referência e apenas 6 arquivos foram utilizados como referência.
	“Audiodescrição e Ciência da Informação” 6050 resultados no geral parou na página 8	6020 resultados parou na página 8	Arquivos não selecionados

Fonte: O autor

Portanto, é observado que as pesquisas em torno da audiodescrição em suas variadas vertentes vem crescendo, mas na área de Biblioteconomia ainda é pouco explorada, diferentemente da Área da Ciência da Informação que já existe exploração acerca dessa temática. A opção por estas bases de dados nos permitiu visualizar o cenário em torno das pesquisas com essas temáticas.

Nessa condução, a seção 3 apresentará as particularidades que envolvem a ferramenta audiodescrição.

3 AUDIODESCRIÇÃO: Contexto histórico

A audiodescrição que conhecemos hoje, passou por diversas transformações ao longo do tempo, desde o primeiro registro em trabalho acadêmico em 1970 até 1999 quando chegou ao Brasil, mesmo que de forma tardia. O formato no início era voltado para o audiovisual, hoje já existem diversas especializações na área de audiodescrição segundo Santos (2020, p. 17)

A primeira vez que a audiodescrição apareceu formalmente descrita foi na tese de pós-graduação *Master of Arts*, apresentada pelo norte-americano Gregory Frazier, na Universidade de São Francisco. Estudos começaram a ser feitos, e os resultados favoráveis que foram sendo comprovados nessas primeiras experiências fizeram com que a técnica se desenvolvesse em teatros, museus e cinemas dos Estados Unidos durante a década de 1980. O encontro do aluno Gregory Frazier com o acadêmico August Copolla, professor de Literatura, pai do ator Nicolas Cage, facilitou a divulgação da audiodescrição pela América do Norte.

É importante apontar que, neste início, logo após apresentação da dissertação de mestrado do Gregory Frazier, a audiodescrição estava voltada para o audiovisual, ou seja, áudio e vídeo. Os autores Franco e Silva (2010) apresentam um breve contexto sobre a origem da audiodescrição:

A prática de se descrever o mundo visual para pessoas não-videntes é imemorial. No entanto, enquanto atividade técnica e profissional, a AD nasceu em meados da década de 70 nos Estados Unidos, a partir das ideias desenvolvidas por Gregory Frazier em sua dissertação de mestrado. Apesar de esse trabalho datar do ano de 1975, a AD teve seu debut somente na década seguinte graças ao trabalho do casal Margaret e Cody Pfanstiehl. Margaret Rockwell, pessoa com deficiência visual e fundadora do serviço de leitores via rádio The Metropolitan Washington Ear, e seu futuro marido, o voluntário Cody Pfanstiehl, foram responsáveis pela audiodescrição de *Major Barbara*, peça exibida no Arena Stage Theater em Washington DC em 1981. Na época, o Arena Stage Theater havia recebido recursos públicos para tornar suas produções mais acessíveis e Margaret Rockwell foi contratada para ajudar nessa empreitada. Ela, por sua vez, buscou o auxílio de Cody Pfanstiehl e o casal, então, passou a audiodescrever as produções teatrais. Eles também foram responsáveis pelas primeiras audiodescrições em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos EUA, além de contribuir de maneira significativa para levar a AD à televisão. (Franco, Silva. 2010, p.24)

Vale ressaltar que a audiodescrição a partir desse momento, começou a ser disseminada em várias partes do mundo como Carvalho (2017, p.37) afirma que:

Com o passar do tempo a audiodescrição foi ganhando o mundo. O Japão já havia adquirido o recurso para a televisão. Em seguida toda a Europa começa a adquirir conhecimento e prática de como utilizar a AD e também insere nas emissoras de televisão conteúdos com o recurso. A Inglaterra por sua vez, começa a utilizar a audiodescrição de forma profissional em peças de teatro e óperas, principalmente no Theatre Royal em Windsor.

No Brasil, contudo, Carvalho (2017, p. 38) afirma que: “[...] os estudos acerca da audiodescrição vêm sendo crescentes, desde a primeira vez que o recurso foi utilizado no país em 1999, na cidade de Campinas, pelo Centro Cultural Louis Braille”.

Embora, Carvalho (2017) fale sobre a importância do evento Festival de cinema no Brasil, Guedes e Barbosa (2020) afirmam que a protagonista no Brasil é a cineasta Bell Machado.

Somente em 2003, a partir do festival internacional de Cinema a audiodescrição ganhou impulso na perspectiva de estudo, isto porque havia naquele momento um certo amparo legal. Na Imagem 1, apresentamos os documentos normativos brasileiro que garantiriam a partir de 2005 o direito a audiodescrição:

Estes são documentos normativos legais que garantem o direito a audiodescrição para as pessoas com deficiência no Brasil

Imagem 1: Documentos normativos-audiodescrição-Brasil

Norma Brasileira ABNT NBR 15290/2005	Dispõe sobre acessibilidade em comunicação na televisão
Norma Complementar nº 310/2006	Complementar às disposições relativas aos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão
Norma Brasileira ABNT NBR 1599/2006	Acessibilidade- Comunicação na prestação de serviços.
Portaria do Ministério das Comunicações nº188/2010	Altera o subitem 3.3 e o item 7 da Norma Complementar nº01/2006- Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiofusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela portaria nº310, de 27 de junho de 2006.
Nota Técnica nº 005/2011/MEC/SEESP/ GAB	Publicação em formato acessível- ,Mecdaisy
Portaria do Ministério das Comunicações nº312/2012	Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº 1/2006- estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviços de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria n 310, de 27 de junho de 2006.
Nota Técnica nº 21/2012/MEC/SECADL/ DPEE	Orienta a descrição de imagens na geração de material digital acessível- Mecdaisy
Nota Técnica nº	Orienta a usabilidade do livro didático digital acessível- Mecdaisy

58/2013/MEC/SECADL/ DPEE	
Instrução Normativa ANCINE Nº 116/2014	Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projeto audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as instruções normativas nº22/03,44/05 e 80/08, e dá outras providências.
Norma Brasileira ABNT Norma Brasileira 16452/2016	Dispõe sobre a acessibilidade na comunicação- Audiodescrição

Fonte: extraído de Almeida e Moreira (2017, p. 18).

É importante ressaltar que antes de conhecermos as leis que equiparam a Audiodescrição, temos todo um percurso legislativo que antecederam a Lei Brasileira de Inclusão nº13.146 de acessibilidade. Assim, ela traz um conceito de Acessibilidade que está em seu art. 3.

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 2015, p. 2)

Como observamos no quadro anterior, a audiodescrição tem amparo em vários Documentos Normativos na área de comunicação em televisão. A acessibilidade ao longo dos anos, perante a legislação foi caminhando a passo lentos, porem percebe-se que no brasil em comparação a outros países, a nossa legislação está bem fortalecida, prova disso temos no quadro abaixo Legislações aplicadas a audiodescrição, observa-se que no intervalo de 2 a 4 anos tem uma legislação bem mais pontual que a outra.

Quadro 3 - as Leis que são aplicadas a audiodescrição.

Lei nº 10.098, de 19 dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto Federal nº5.296, de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das Pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências
Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações	Aprova a Norma Complementar nº 01/2006- Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e retransmissão de televisão.
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Portaria nº 188, de 24 de março de 2010	Altera o subitem 3.3 e item 7 da Norma Complementar nº01/2006- Recursos de acessibilidade, para pessoas com Deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº310, de 27 de junho de 2006
rPortaria nº 312, de 26 de junho de 2012 (DOU de 29/06/12, página 63)	Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº1/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para a veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
Instrução Normativa Ancine nº116, de 18 de dezembro de 2014	Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recurso público federal geridos pela ANCINE: altera as instruções Normativas nº 22/03, 44/05 71/07 e 80/8, e dá outras providências
Lei nº 13.146 , de 6 julho de 2015.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: extraído de (Sousa, 2020, p. 20).

Em 2015 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de acessibilidade que traz em seu artigo 1 (Brasil, 2015)

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A partir da sanção dessa Lei, algumas alterações surgiram por exemplo, o compilado de vários documentos normativos, portarias, tudo a partir de um único documento. Todo esse processo deveria estar de acordo com as regras da convenção internacional da pessoa com deficiência, ou seja:

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. (Brasil 2015, p. 1)

No art. 67 desta mesma Lei: “Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros” onde no Parágrafo 3 já é citada a audiodescrição.” Dessa forma, ocorre mais uma vitória para os audiodescritores do país que até hoje não tem a Profissão regulamentada por lei, apesar de ser citada na lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 e posterior a ela, tendo uma norma específica da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT 16452 de 2016; agora, o novo Projeto de Lei 2273 de 2025 tramita no senado para ser aprovado com o objetivo de reconhecer a Audiodescrição como Profissão regulamentada por Lei.

A partir do ano de 2000, tivemos diversas revoluções como a tecnologia em rede social, o Orkut por exemplo, criado em 2004. Desse período até hoje, contabiliza-se 21 anos. Onde se tem nos dias de hoje: Tik Tok, Kawai, Rede social X, Jornais eletrônicos, *Whats app*, *Instagram*. Com esses meios de comunicação com o objetivo de Propagar todo e qualquer tipo de informação, luta-se contra as notícias falsas, também conhecida como *fake News*. Em volta da audiodescrição, circula diariamente muita informação falsa, mentirosa e até preconceituosa. No próximo tópico abordaremos mais sobre mitos e verdades.

4 MITOS E VERDADES SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO

É necessário saber exatamente o que é audiodescrição? Como se faz? Qual a finalidade? O que precisamos desmistificar a princípio, é que independente da forma ser escrita, em áudio, ao vivo, gravada, o nome do recurso é audiodescrição. Assim sendo, temos a definição segundo Livia Motta:

Audiodescrição é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos. (2020, p. 6)

Embora existam vários conceitos acerca da audiodescrição, a nossa pretensão é trazer algumas situações que cercam a área e trazem dúvidas no dia a dia como: para que descrever as cores através da audiodescrição para uma pessoa com deficiência visual total? Para responder a essa pergunta, é importante salientar que existe dois tipos de pessoas que são Deficientes Visuais: 1) são os que já tiveram o campo visual e tem uma percepção visual de cores e do mundo e 2) os que já nasceram cegos. Então a audiodescrição:

Permite que pessoas cegas ou com deficiência visual possam formar imagens mentais, criar representações e identificar elementos visuais, por meio de uma tradução realizada sem interpretações de uma imagem ou de um conteúdo audiovisual. (Site Fubá, 2025)

Para esse fim, existem diversos tipos de Audiodescrição, mas as principais são: as pré-gravadas e ao vivo. Ressaltamos que em nossa pesquisa, será explorada a modalidade ao vivo, isto porque ocorrerá no momento em que o Bibliotecário mediar a leitura para o usuário. Dessa feita, assim como o intérprete de Libras está para a Pessoa Surda, o audiodescritor está para a Pessoa que solicitar o recurso de audiodescrição.

Diante do exposto, fica o questionamento, o profissional Bibliotecário tem a competência de ser um audiodescritor? Como afirmam Ribeiro e Ferreira (2018, p.16):

A literatura científica menciona que o profissional bibliotecário é o responsável por tornar acessíveis as informações desejadas, seja em meio físico, seja digital, aos seus usuários, desenvolvendo o papel de mediador. Como base para o alcance, a recuperação e sua posterior destinação e uso, o bibliotecário adota diferentes técnicas para o tratamento dessa informação: organização, armazenamento e disseminação. Considera-se que esses processos contribuem para a democratização do acesso à informação, ressaltando, assim, a importância do papel do bibliotecário na sociedade.

Portanto, o papel do Bibliotecário vai muito além de ser um profissional que cataloga e indexa informação; como será detalhado mais à frente, esse profissional pode sim ser um Audiodescritor. Por hora, enfatizamos sobre alguns mitos e verdades na área de audiodescrição como mostra o quadro 4.

Quadro 4: Mitos e verdades sobre audiodescrição

Mito	Verdade
Audiodescrição é apenas para deficientes visuais	Audiodescrição é importante para inclusão de pessoas com deficiência visual, dislexia, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições que afetam a compreensão de informações visuais
Audiodescrição é uma opção, não uma necessidade	Audiodescrição é uma necessidade para garantir que todas as pessoas tenham acesso à informação e à cultura, e para promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades
Audiodescrição é muito cara e difícil de produzir.	Audiodescrição pode ser produzida de forma simples e econômica, com recursos como softwares de sintetização de voz e treinamento de Profissionais para a produção de descrições precisas e objetivas.
Audiodescrição é apenas para filmes e programas de TV	Audiodescrição pode ser aplicada em diversos contextos, como peças de teatro, exposições de arte, eventos esportivos, entre outros, ampliando o acesso à cultura e à informação para todas as pessoas

Fonte: extraído do site vlbras.

A audiodescrição vista no Quadro 4: está dividida em dois grupos, um de mito e o outro de verdade sobre a audiodescrição.

- a) Primeiro mito: A Audiodescrição é apenas para deficientes visuais. A direita do quadro 4 é escrita verdade, a audiodescrição é importante para inclusão de pessoas com deficiência visual, dislexia, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições que afetam a compreensão de informações visuais.
- b) Segundo mito: Audiodescrição é uma opção, não uma necessidade. A direita do quadro 4 é escrita verdade, a audiodescrição é uma necessidade para garantir que todas as pessoas tenham acesso à informação e à cultura, e para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

c) Terceiro mito: a audiodescrição é muito cara e difícil de produzir. A direita do quadro 4 é escrita verdade, a Audiodescrição pode ser produzida de forma simples e econômica, com recurso como *softwares* de sintetização de voz e treinamento de profissionais para a produção de descrições precisas e objetivas.

d) Quarto mito: a audiodescrição é apenas para filmes e programas de tv. A direita do quadro 4 é escrita verdade, Audiodescrição pode ser aplicada em diversos contextos, como peças de teatro, exposições de arte, eventos esportivos, entre outros, ampliando o acesso à cultura e à informação para todas as pessoas.

Outra coisa que é estereotipada na área de audiodescrição, relaciona-se ao custo financeiro atribuído; as pessoas pensam que é muito caro ter um audiodescritor. E não, não é caro, tendo em vista que o salário desse profissional em média pode chegar ao valor de R\$ 5.981,02 mensais segundo o site quero bolsa; aqui cabe uma ressalva, nesta pesquisa estamos falando do Bibliotecário que já terá essa formação inclusa no seu currículo; e quem ganhará será o espaço por ter um Profissional multifacetado.

Nesse sentido,

[...] o papel do bibliotecário nesse processo está intrinsecamente ligado à acessibilidade e inclusão. Os bibliotecários desempenham um papel importante na garantia de direitos de modo que todos os membros da comunidade tenham acesso igualitário à informação, independentemente de suas habilidades, deficiências ou outras características pessoais. (Santos; Pinto 2025, p.7)

É preciso que o Bibliotecário esteja por dentro dos direitos da pessoa com deficiência “O bibliotecário deve estar familiarizado com os direitos das pessoas com deficiência e atuar como um defensor desses direitos, fornecendo acesso à informação e garantindo condições físicas e digitais adequadas para sua obtenção. Portanto, é imprescindível que o bibliotecário esteja ciente da legislação e das boas práticas relacionadas à inclusão, buscando constantemente aprimorar os serviços bibliotecários a fim de atender às necessidades de todas as pessoas.” (Santos; Pinto, 2025).

Outra questão relacionada à verdade ou mentira é, que gera muita dúvida, o público-alvo que pode utilizar a audiodescrição. Como aponta a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) (2020, p.7):

Além de ser destinada a pessoas com deficiência visual, a audiodescrição também é voltada para os seguintes públicos: pessoas com deficiência intelectual; idosos; disléxicos; autistas; pessoas com déficit de atenção; pessoas sem deficiência, que podem ampliar o senso de observação e o entendimento de espetáculos e produtos audiovisuais.

Pessoas sem deficiência também podem fazer uso da audiodescrição. Como é sinalizado na citação acima, tendo como justificativa que às vezes certas informações acabam despercebidas por parte do público. Essa tecnologia nos permite refletir que ela é muito mais do que descrever imagens, vídeos, charges, dentre outros objetos; outrossim, tem como objetivo garantir o entendimento daquele material que está sendo audiodescrito para o usuário.

Através da Audiodescrição a pessoa cega ou com baixa visão tem maior possibilidades de compreensão e contextualização das imagens em um filme, em uma peça teatral, nas imagens contidas nos livros didáticos e nas provas, podendo neste caso, realizá-las em condições de igualdade com as demais pessoas tendo assim, portanto, muito mais autonomia e independência. Realizar uma descrição de algum objeto para nós que somos videntes (Pessoas que enxergam) pode ser algo simples, mas para as Pessoas não videntes (Pessoas que não enxergam) é poder dar o direito a ela de enxergar o mundo através das palavras.

A audiodescrição proporciona ao indivíduo com deficiência não somente a ampliação do repertório imagético, simbólico e léxico, mas também desenvolve a capacidade de se colocar no mundo com autonomia de estabelecer juízo sobre as coisas de modo próprio, além de promover a interação entre os sujeitos envolvidos nas práticas leitoras. (Almeida; Moreira, 2021, p. 21)

Quando falamos em técnicas de audiodescrição, estamos mencionando que pode ser utilizada de maneiras diferentes, por exemplo:

“No teatro, no cinema e na televisão serão audiodescritos o cenário, efeitos de luz, os personagens, seus figurinos e as ações físicas. No museu, os quadros, as esculturas, vídeos e tudo o mais que fizer parte da exposição ou acervo. Em palestras e eventos a pessoa responsável pela audiodescrição deverá ficar atenta a tudo, cabendo a ela situar o deficiente visual no espaço, ao descrever a posição e os objetos do lugar, por exemplo. Quem faz a audiodescrição deverá também especificar cada pessoa que for falar, além do material visual que for apresentado, tais como filmes, PowerPoint, slides e fotos. Nas aulas serão audiodescritos todos os materiais didáticos utilizados pelos professores. (Enap Módulo 1, 2020, p. 8-9)

E claro, a audiodescrição aplicada nos livros, que é o foco da pesquisa, onde o bibliotecário deverá descrever na hora da mediação da leitura serão audiodescritas todas as passagens escritas, ilustrações, fotografias e figuras existentes.

4.1 Convergências entre a Biblioteconomia e Ciência da Informação na audiodescrição

Para entendermos a convergência entre a Biblioteconomia e Ciência da Informação na Audiodescrição, precisamos mergulhar um pouco na história de ambas as áreas.

Santos e Rodrigues (2013, p. 116) afirmam que: “a biblioteconomia é considerada uma das mais antigas disciplinas que se ocupa do acesso à informação e de sua transmissão porque está intrinsecamente ligada ao surgimento da biblioteca”.

A Biblioteconomia remonta às bibliotecas primitivas da antiguidade (Ortega, 2004). Quando mencionamos a história da Biblioteca, é notável que a Biblioteca de Alexandria surja em grande parte das pesquisas, sendo considerada a maior, mais famosa e influente do mundo antigo datada em (366 a.C – 283 a.C) onde:

possuía incríveis 700 mil volumes distribuídos em dois bairros: Bruchium, museu que abrigava 400 mil volumes, e Serápio, destino das aquisições mais recentes que formaram uma biblioteca complementar de 300 mil volumes.

Apesar de ser bastante conhecida, a biblioteca de Alexandria (Martins apud Ortega 2004, p.608) afirma que “é a Biblioteca de Ebla, na Síria, sua coleção compunha-se de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado.” Ou seja, a biblioteca de Ebla representa as bibliotecas primitivas e a Biblioteca de Alexandria as bibliotecas da antiguidade.

A Biblioteca de Alexandria, inaugurada no século III A.C, fundada pelo rei grego Ptolomeu II, sucessor de Alexandre o grande. Naquele momento, o espaço não abrigava somente livros, mas também: documentos, manuscritos, papiros e dentre outros. Sobre essa biblioteca, a Universidade Federal do Pará, através da Biblioteca Benedito Monteiro aponta que:

Foi uma das Bibliotecas mais importantes e marcantes do mundo segundo os registros existentes [...]. a biblioteca continha obras dos grandes pensadores mundiais, entre eles Homero, Sócrates, Platão, entre outros grandes pensadores e filósofos gregos.

Essa área do conhecimento, podemos dizer assim, foi responsável pelo armazenamento de todo o conhecimento que era produzido literalmente falando, Estima-se que a biblioteca tenha armazenado mais de 400.000 rolos de papiro, podendo ter chegado a 1.000.000. Martins et. al. (2016, p. 616) destacam que: “A

origem da Biblioteconomia está atrelada ao surgimento das bibliotecas, ou espaços destinados para armazenar as tábuas de argilas, consideradas as espécies mais primitivas de livros”.

Entendendo que no princípio o objetivo geral da biblioteca era como afirma Martins et. al. (2016, p.607): “acumular informações por meio da conservação e da preservação de seus acervos”. Em fase posterior, a Biblioteconomia passar a ter um olhar mais tecnicista, ou seja,

[...] a necessidade de organizar, conservar e divulgar os documentos, desde o início da escrita até a época moderna, levou as bibliotecas a criarem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de possuírem caráter eminentemente técnico, visando a resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e de questões envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia. (Santos; Rodrigues, 2013, p. 116)

Conceituando a Ciência da informação (Saracevic 1996, p. 42) define três características que são:

Primeira, a CI é, por natureza, interdisciplinar, Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação e a terceira, a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

Historicamente, a Biblioteconomia vem de séculos enquanto que a CI emerge, muito depois, meados de 1950. Diante das leituras a gente observa que a CI em uma das visões é considerada subcampo da Biblioteconomia como afirma Carvalho (2021, p. 186): “A CI é entendida como subcampo, que se entrelaça com as disciplinas mais próximas – e coincidentemente trabalha com a informação –, como a Arquivologia, a Biblioteconomia”.

Esse tópico visa demonstrar que apesar das convergências entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, elas têm um ponto em comum: a informação registrada, como é apontado por Carvalho (2021, p. 186);

É indiscutível falar dessa relação sem mostrar o ponto de partida da CI. A CI concentra-se em informação em todos os seus aspectos e manifestações, na informação em domínios e contextos e em aplicações tecnológicas Para a nossa pesquisa, o que a UNESCO traz como ponto em comum, sobre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação contempla a nossa pesquisa que é o mesmo objeto, a informação registrada em um suporte de forma distinta.

Ou seja, a informação tem que chegar até o usuário, independentemente de onde o Bibliotecário esteja, este direito é garantido também no Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário Brasileiro (2020, p.1), que diz no artigo dois: “A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características

são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos”.

4.3 O bibliotecário como mediador no processo de Audiodescrição

Antes de tudo, é preciso quebrar o estereótipo que ronda a Biblioteconomia, de que o Bibliotecário só pode trabalhar em bibliotecas, para isto, conceituaremos o que é ser mediador na área de Biblioteconomia, que segundo Silva, Diniz e Ribeiro (2024, p. 8), é:

o papel do bibliotecário na promoção da informação acessível e inclusiva tem o viés profundamente humanista. E com essa visão, pretende-se ter um ambiente que reflita esses valores. Para tal, é necessário o entendimento sobre o que é cada conceito abordado na temática da acessibilidade e ter iniciativa para dar pleno acesso aos usuários, ultrapassando as possíveis limitações. Nesse contexto, a audiodescrição de imagens emerge como uma ferramenta essencial para promover a inclusão e o bibliotecário torna-se um agente ativo na promoção desta iniciativa.

O que precisa ficar claro sobre o bibliotecário enquanto mediador, segundo Freitas, Santos e Gomes (2017, p.11) é que:

O processo de mediação da informação realizada pelo profissional bibliotecário é de suma importância para que ocorra o acesso, uso e apropriação da informação pelos sujeitos, visto que o bibliotecário não é somente o intermediador entre o conteúdo informacional e o usuário, mas ele é o comunicador, o gestor da informação, é ele quem analisa os conteúdos, possibilitando sua posterior recuperação e que tem a responsabilidade quanto ao desenvolvimento de ações mediadoras voltadas ao acesso e uso da informação.

É importante pontuar que o processo de mediação através da audiodescrição se dá pelas competências que o bibliotecário já carrega em sua formação, bem como em outras formações complementares. Portanto, é saber como utilizar as técnicas de audiodescrição que vão desde ser um bom leitor como ser especialista em alguma área.

Ressaltamos, ainda, que o Bibliotecário é multifacetado, ou seja, possuidor de habilidades e técnicas para mediação da leitura, principalmente com as crianças. Mas, diante disto, como fica a questão da mediação da Leitura se for para uma Pessoa com Deficiência Visual total que precisa da audiodescrição? Por exemplo: qual a cor do livro, do personagem, dentre outros? Infelizmente, falta muita empatia, ainda, e cuidado com o público das Pessoas com Deficiência, inclusive

Uma das barreiras que impossibilita o acesso à informação é a falta da adoção de métodos por parte dos bibliotecários, de modo que atraiam os sujeitos para os espaços físicos da biblioteca, impulsionando-os a reconhecerem a necessidade de frequentar esses ambientes, enfim

desenvolvendo a cultura informacional. (Santos; Duarte; Lima 2014, p. 5)

As barreiras que impedem o usuário de ter acesso à informação se dá também na falta de interesse do Bibliotecário em si especializar, falta de comunicação em saber qual a Deficiência do usuário. É notável acontecer situação de constrangimento quando um usuário que possui deficiência adentra a biblioteca que não é acessível.

Assim, essas pessoas com deficiência estão chegando e impondo mudanças nas instituições de acesso público, como as bibliotecas. Essas mudanças vão da aquisição e disponibilidade de Tecnologias Assistivas (TA), materiais informacionais em formatos alternativos e acessíveis, a bibliotecários com competências e habilidades para agir perante o usuário com deficiência. (Sousa, 2023, p. 22-23)

A era da tecnologia é agora e todo espaço que serve as pessoas, tem que ter acessibilidade e na Biblioteca não é diferente. Mediante a isto, enfatizamos esta ligação com o recurso da audiodescrição sendo implantado e utilizado neste espaço. Aliando-se à acessibilidade, há a Tecnologia Assistiva (TA), que abrange uma ampla gama de dispositivos, softwares e sistemas desenvolvidos para atender às necessidades individuais e facilitar a realização de tarefas cotidianas. Para pessoas com deficiência visual, a audiodescrição se destaca como um recurso essencial. Ela converte vídeos e imagens estáticas em informações verbais, permitindo que o conteúdo visual seja compreendido por meio de narrações detalhadas e contextualizadas. (Silva; Diniz; Macedo, 2024, p. 4).

É preciso deixar claro que a inclusão dessa ferramenta, em qualquer espaço que se precise dela, não é um favor, é um direito constitucional; está na Lei 13.146 de 2015 de acessibilidade. Entender o papel do Bibliotecário como Mediador é um começo.

O bibliotecário, enquanto mediador da informação, também deve atuar nos ambientes virtuais, ampliando as atividades desenvolvidas nos ambientes físicos das bibliotecas, facilitando o acesso e uso da informação nesses ambientes. Esse profissional da informação além de permitir a inclusão social dos sujeitos, também deve atuar na inclusão digital, permitindo o acesso às tecnologias, como também favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências associadas ao uso dessas. (Santos; Duarte; Lima 2014, p. 40)

Partindo desse pressuposto, apontamos como exemplo o Projeto Biblioteca Falada da Universidade Estadual de São Paulo que está relatado no artigo intitulado: “Acessibilidade e inclusão: Biblioteca falada e a audiodescrição de Produtos Audiovisuais” que apresentamos o objetivo com ênfase na audiodescrição, já que o projeto trabalha com diversos formatos acessíveis.

O projeto Biblioteca Falada em como objetivo a inclusão social de pessoas com deficiência visual, por meio da promoção do acesso aos mais diversos produtos midiáticos e literários (textos impressos e

digitais, sonoros e audiovisuais). (Vanderlei et. al. 2015, p. 26)

Como se sabe, a audiodescrição navega em vários formatos, já que o princípio dela é o texto escrito. No projeto Biblioteca Falada, o recurso foi utilizado para descrever o documentário noite sem fim. Portanto, o primeiro passo para se criar um roteiro em audiodescrição para o audiovisual, é assisti-lo atentamente, como afirma Vanderlei (2015, p. 27). Para a elaboração do roteiro de audiodescrição, do referido projeto, foi necessário assistir ao documentário várias vezes, para que se identificassem os elementos visuais que deveriam ser descritos essenciais à compreensão da obra, uma vez que não é possível audiodescrever absolutamente todas as cenas. Além disso, também foi importante a identificação de espaços de silêncio entre as falas dos personagens, para que as descrições das cenas pudessem ser inseridas de modo que o áudio não interferisse nestas ou se tornasse mais importante que elas.

Sabendo disso, como fica a questão da mediação da leitura por intermédio do bibliotecário? Apontamos a seguir as principais práticas de leitura que acontecem, a exemplo, no contexto da biblioteca escolar.

Hora do conto; Sessões de biblioterapia; Feiras e exposições literárias; Encontro com os autores; Rodas de conversa; Dramatização de histórias e teatro; Sessões de cinema; Sarau literário; Oficinas de leitura e escrita criativa. (Tannure; Ohira et.al. 2023, p. 7)

Os bibliotecários do Ensino Superior segundo Rossi, Costa e Pinto (2014, p. 112):

Os profissionais precisam de capacitação contínua para estar aptos à prestação dos serviços de informação, acompanhando as mudanças tecnológicas e necessidades dos usuários. Para isso é preciso identificar suas competências a fim de promover uma capacitação adequada visando a melhorias dos serviços prestados e o desenvolvimento profissional dentro da organização.

O presente artigo, enfatiza, ainda, que uma Biblioteca Pública ou Universitária, possui um público bastante diversificado, o que requer bastante atenção, tendo em vista que há pessoas com diversos tipos de Deficiência que precisarão de atendimento especializado. Conhecer como funciona a estrutura, quais recursos, e quem são os usuários que os bibliotecários receberão é de extrema importância para aquele espaço. É Preciso deixar claro que:

Ainda que se venha a ter currículos atualizados de forma frequente, é fato que nenhuma formação, em nenhuma disciplina, de nenhuma ciência, logra abarcar todos os conhecimentos, de forma estanque, que são necessários para a realização de um trabalho de excelência. É sempre desejável que os profissionais de todas as áreas busquem

formações complementares àquelas recebida na academia. Esta afirmação torna-se ainda mais contundente quando nos referimos à área de biblioteconomia, uma vez que a matéria-prima de seu trabalho, a informação, apresenta inúmeras formas de abordagens em constante evolução (Ribeiro; Ferreira, 2018, p. 37)

Para ser um bom mediador na Biblioteca, é necessário que o Bibliotecário conheça o seu usuário, segundo Azevedo e Ogecime (2019, p.5) a mediação da informação nas bibliotecas (sejam elas escolares, universitárias, públicas ou especializadas) tem como acontecimento principal o encontro dialógico entre bibliotecários e usuários. Mediar informações requer um olhar atento para a constituição de acervos, organização dos espaços, frequência na realização das atividades culturais e práticas pedagógicas desenvolvidas nessas unidades enfim,

Precisa-se levar em consideração que a pessoa com Deficiência muitas das vezes é muito tímida, retraída, e não gosta muito de interagir ou mesmo porque a condição dela seja assim, Infelizmente. Diante disso, é importante entender em que momento começa a mediação com o usuário. (Almeida; Farias; Guedes, 2017, p. 436).

É preciso apontar que a mediação que mencionamos, nesta pesquisa, visa compreender como o Bibliotecário utilizará a mediação como ponte para que o usuário, pessoa com deficiência visual total, possa usufruir de uma boa leitura através da audiodescrição. A importância de um mediador se reflete mais uma vez no conceito de mediador que é um consenso entre outros autores

A figura do mediador se faz fundamental nesse contexto pela necessidade de interferência no momento da busca por informação. É exatamente nesse momento de comunicação e interação do profissional com o usuário, que ocorre a mediação e consequentemente a apropriação do conhecimento. (Almeida; Farias; Guedes 2017, p. 435).

Tendo em vista o que já foi exposto, nota-se que o Bibliotecário na biblioteca escolar é quem faz o papel de mediador da leitura direto com o aluno, enquanto que nas bibliotecas públicas e universitárias tem a missão de garantir que aquele usuário recupere a informação que precisa. Não estamos afirmando que o bibliotecário das universidades não dê assistência ao usuário que possui deficiência, sim dar, mas, geralmente, quando é solicitado.

A biblioteca escolar pode ser compreendida como um espaço que favorece o processo de ensino aprendizagem, por meio de atividades tradicionalmente realizadas, como, por exemplo, de organização e disseminação de informações que estão em seu acervo, como também atividades mais diretamente ligadas ao desenvolvimento do aprendizado integrado ao ato de brincar, para o estímulo à criatividade e ao desejo de estar no espaço da biblioteca. Entre seus objetivos estão a formação do(a) leitor(a), apoiando o processo de percepção crítica e consciente, por meio de atividades ligadas à leitura, à prática da escrita e da pesquisa. (Sales; Santos 2024, p. 3)

Dessa feita, a importância do bibliotecário como mediador da informação com o usuário é mais uma vez reforçada como aponta Tannure et.al (2023, p. 7):

Organizar o acervo físico e digital da Biblioteca; Auxiliar os alunos nas atividades e pesquisas escolares, colaborando com as ações e os objetivos pedagógicos da escola; Atuar em parceria com os professores nos projetos de ensino-aprendizagem; Criar clubes de leitura e realizar contação de histórias; Divulgar os serviços, projetos e ações da Biblioteca para a comunidade escolar; Supervisionar a equipe de trabalho que atua na Biblioteca, como estagiários, auxiliares, assistentes e professores; Ministras oficinas e atividades para desenvolver as habilidades e a criatividade dos estudantes; Realizar projetos em parceria com professores, escritores e artistas; Administrar as mídias sociais da Biblioteca; Desenvolver ações de capacitação e treinamento para ampliar a competência informacional dos estudantes.

Diante do exposto, é importante sinalizar que existe a Mediação implícita e a mediação explícita como afirmam Sousa Junior (2019, p. 6):

A mediação implícita ocorre em atividades meio da biblioteca, como por exemplo: seleção, armazenamento, processamento da informação, nas quais não há a presença do usuário, mas existe a intenção de atender e satisfazer suas necessidades de informação. A mediação explícita abrange às atividades fins, tendo como exemplo: atendimento direto ao usuário, nas quais há a presença do usuário, seja esta física, imediata ou virtual.

Quando falamos no recurso de audiodescrição, e sabendo que o acesso à leitura é um direito constitucional como é citado no artigo primeiro da Lei 13696 de 2018 que diz

[...] fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. e nos remete a Lei 10753 de 2003 que traz também no seu artigo primeiro.

Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. [...] É Direito! acesso ao livro, leitura e escrita. Como Guardião da Biblioteca, o Bibliotecário tem que garantir que o usuário possa usufruir do espaço em todos os aspectos na Biblioteca.

A leitura, o livro e a escrita, são direitos constitucionais, que toda pessoa tem. Ser militante vai muito além de pesquisar, apresentar trabalho, palestras. Começa dentro de nós, em pensar como fazer a inclusão social acontecer. Recurso que é de fácil acesso, mais econômico. O que devemos levar em consideração sempre é: aquela pessoa sabe ler, escrever? Nem todas as Pessoas tem a mesma oportunidade de estudar e diante disso, o Bibliotecário acaba nesse processo sendo um educador para com o próximo.

5 O SERVIÇO DE AUDIODESCRITOR

Para compreender o que é o serviço de audiodescritor, precisamos previamente deixar claro conforme Almeida e Moreira (2021, p. 21) destaca que

[...] no Brasil, ainda não existe uma norma específica que audiodescritores profissionais seguem à risca. Eles se baseiam, em pelo menos, em dois documentos: Nota Técnica Nº 21 / 2012 / MEC de 10/04/2012 que orienta a descrição de imagem na geração de material digital acessível – Mecdaisy. Norma Brasileira ABNT NBR 16452/2016 visa normalizar a produção da audiodescrição para garantir a qualidade da acessibilidade aos serviços e produtos audiovisuais.

Para isto, o artigo segundo do Projeto de Lei 2273 de 2025 define o audiodescritor como o profissional qualificado tecnicamente para atuar na área de audiodescrição, após treinamentos, cursos, oficinas, graduações e pós-graduações ou outras formas de capacitação profissional, em modalidade virtual ou presencial, que o tornem apto para o exercício da função.

Esse profissional está dividido em 3 funcionalidades (Imagem 1) que são:

Imagem 1: Funcionalidades do audiodescritor

Audiodescritor roteirista:

Pessoa sem deficiência visual que, por meio da observação criteriosa, irá traduzir o evento visual. O audiodescritor roteirista deve rastrear no universo imagético as pistas visuais e selecionar as informações indispensáveis ou mais relevantes.

Audiodescritor consultor:

Pessoa com Deficiência Visual (cego ou baixa visão) que deverá avaliar a pertinência, a qualidade, a eficácia e a funcionalidade das escolhas tradutórias elaboradas pelo audiodescritor roteirista.

Audiodescritor narrador:

O audiodescritor narrador, ou locutor, fará a leitura do roteiro utilizando adequadamente a respiração, as pausas, entonação, dando ritmo, velocidade, tom e fluidez à narração do roteiro audiodescrito.

Fonte: extraído de Mesquita et. al. (GEAP) 2025.

As três funcionalidades do Audiodescritor apresentadas na Imagem 1:

Fotografia quadrada com fundo branco. Traz o texto: Audiodescritor roteirista: Pessoa sem Deficiência visual que, por meio da observação criteriosa, irá traduzir o evento visual. O audiodescritor roteirista deve rastrear no universo imagético as pistas visuais e selecionar as informações indispensáveis ou mais relevantes. Audiodescritor consultor: Pessoa com Deficiência (cego ou com baixa visão) que deverá avaliar a pertinência, a qualidade, a eficácia e a funcionalidade das escolhas tradutórias elaboradas pelo audiodescritor roteirista. Audiodescritor narrador: O audiodescritor narrador, ou locutor, fará a leitura do roteiro utilizando adequadamente a respiração, as pausas, entonação, dando ritmo, velocidade, tom e fluidez à narração do roteiro audiodescrito.

Diante do exposto, o serviço de audiodescritor, vai muito além do que transcrever imagens em palavras, é um trabalho que exige pesquisa e estudo sobre o material que será descrito. Essa modalidade de serviço que ainda está em trâmite para ser regulamentada como profissão de audiodescritor é sinalizada desde o primeiro projeto de lei 5.156 de 2013:

para regulamentar o exercício da profissão de audiodescritor. O PL 5156/2013 propõe que a profissão de audiodescritor passe a integrar a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Precisamos esclarecer que a audiodescrição é sempre apresentada como um recurso ou possibilidade, entretanto, é também uma tecnologia assistiva. Logo,

A audiodescrição (AD) é uma tecnologia assistiva baseada na modalidade da tradução audiovisual intersemiótica que permite o acesso à informação, à comunicação, à educação, ao lazer e à cultura através da transformação das imagens em palavras de forma clara, concisa, coesa, específica e vívida. Esse conceito foi elaborado pela pesquisadora a partir de estudos anteriores e um compilado entre as principais referências em audiodescrição no Brasil e no mundo. (Perdigão, 2017. p. 38)

Esse conceito de Tecnologia Assistiva fica mais claro e objetivo segundo a Definição da Santos (2020): “Audiodescrição é uma tecnologia assistiva, um recurso de acessibilidade que permite ouvir o que não pode ser visto, compreender o que não pode ser compreendido sem o uso da visão.”

Conceituamos também o termo Acessibilidade que segundo a Lei 13.146 de 2015 (Brasil 2015, p. 14) Art. 3º parágrafo 1º é,

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus

sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Lei (13.146) revolucionou no aspecto de alterações e na compilação de diversos documentos normativos. É importante apontar que até mesmo o conceito de Pessoa com Deficiência foi alterado trazendo um olhar mais cuidadoso e uma nova ressignificação.

Art. 2º da Lei 13.146. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para entender como se dá esse processo da audiodescrição na perspectiva de tecnologia assistiva, necessitamos conceituar tecnologia assistiva; posteriormente, apontaremos como essa tecnologia através de pesquisas vem quebrando um estereotipo na perspectiva de se pensar que essa ferramenta não pode ser utilizada na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Para sinalizar a importância da audiodescrição, temos UFMS (2014, [não paginado].) esclarecendo que:

a sua importância está em garantir a todas as pessoas com deficiência, o direito constitucional ao lazer e à educação, seja parcial ou totalmente. Além de permitir ao deficiente visual o acesso aos conteúdos da televisão, aos espetáculos, teatros, museus e outros, favorecem também as pessoas analfabetas e dislexas, pessoas com dificuldade ou que estão totalmente impedidas de entender o conteúdo escrito. Entretanto, são as pessoas com deficiência visual que mais se beneficiam com este recurso.

Destacamos que o serviço de audiodescrição é feito geralmente por uma pessoa vidente, ou seja, que enxerga, contudo tem que ser realizado por um consultor(a) em audiodescrição, ou seja, uma pessoa não vidente, onde a acuidade visual é 0 (zero); E ambos aqui citados são profissionais que passaram por treinamentos e etc. O que precisa ficar claro é que:

Se o que se quer é realmente qualidade, é necessário que a função de consultor seja exercida por profissionais, já que a atividade da audiodescrição é um ofício reconhecido desde 2013, quando passou a integrar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Assim como nem todo vidente pode ser roteirista, nem toda pessoa com deficiência visual pode atuar como consultor. (Silva; Barros 2017, p.161)

Na Prática, o audiodescritor já é uma profissão, inclusive existem empresas que prestam essa consultoria. Nesta seção, a intenção é mostrar como a audiodescrição já está avançada em várias áreas, e a frente até mesmo de uma lei

que a regulamente. Diante desta situação e de um panorama, que já foi mostrado, temos mais uma vez a esperança de que essa espera que dura 25 anos, na perspectiva desde que começou a se falar de Audiodescrição no Brasil e há 12 anos desde o surgimento do primeiro Projeto de Lei da Audiodescrição, Projeto de Lei 5156 de 2013 de autoria do Ex-deputado Federal Eduardo Barbosa. Agora em 2025, temos o Projeto de Lei 2273 de 2025 de autoria do Senador Alexandre Vieira que traz atualizações importantes como no parágrafo dois do artigo 1º que reitera mais uma vez sobre a Audiodescrição ser uma tecnologia assistiva, portanto:

A audiodescrição é uma modalidade de tecnologia assistiva que permite à pessoa com deficiência ter acesso a produtos audiovisuais, contribuindo para sua inclusão social e para o exercício de sua cidadania, em condições de igualdade. (PL 2273, p. 1).

Ainda nesse Projeto de Lei, é explicitado em outro trecho, que esse profissional pode/poderá atuar:

Também são múltiplos os segmentos e contextos em que a audiodescrição pode ser muito útil: nas escolas; no ambiente profissional e empresarial; no entretenimento artístico e esportivo; no turismo; nas academias e outros ambientes científicos e tecnológicos; em eventos sociais, carnavalescos ou religiosos; nas campanhas de marketing, publicidade e propaganda; nas campanhas eleitorais; nos espaços públicos e políticos; em plataformas de redes sociais, rádio ou televisão; no stream (transmissão contínua de arquivos de áudio ou de vídeo de um servidor para outro); na saúde e na segurança. (PL 2273, p. 7).

Quem pode ser audiodescritor? Segundo a Santos (2020, p.10):

A pessoa que quiser ser audiodescritora deverá ter um bom vocabulário, uma voz nítida, com pronúncia pausada e em bom volume, e empatia com as pessoas com deficiência visual. Essa empatia aproximará o audiodescritor das pessoas e do seu trabalho, fazendo com que consiga planejar de que forma o que está sendo audiodescrito será entendido. Para isso, o audiodescritor deverá ser objetivo e ter uma boa capacidade de síntese.

A pessoa Audiodescritora deve lembrar que ela não está interpretando para si mesma, essa funcionalidade caberá a pessoa que for usar o recurso de audiodescrição. O Objetivo do audiodescritor é descrever o que vê (Fundação Dorina Nowill, 2020/21, p. 8):

Deve-se estar atento em descrever somente informações que determinam a imagem visual e suas características imagéticas e não consideram sua compreensão ou interpretação da imagem. Os aspectos considerados devem estar sempre em função do visual, do que se pode ver, da forma como se apresentam na imagem e não o que representam nela, na interpretação pessoal. Portanto, o que se vê são aparências e ações; e não motivações ou intenções. Deve-se permitir que o público forme suas próprias opiniões e conclusões. Não edite, interprete, explique ou ajude a entender.

Observamos que a audiodescrição é uma área e profissão que vem crescendo, embora não seja regulamentada, oficialmente por Lei, mas ficamos na esperança da nova PL 2273 de 2025 para que seja sancionada e a audiodescrição possa se fortalecer ainda mais no mercado. Então,

[...]a tendência é que novas normatizações tornem a acessibilidade um recurso obrigatório em cinemas e teatros. Nesse novo cenário, é absolutamente necessário formar profissionais que venham a suprir a demanda, sustenta a audiodescritora Leticia Schwartz, sócia da Mil Palavras Acessibilidade Cultural.

Ao final, de todo esse processo, fica o questionamento: onde os audiodescritores e consultores trabalharão? Segundo a professora Dra. Ana Garcia, em uma live ministrada via *Youtube*, em 29 de setembro de 2017, afirma e divide em dois pontos:

A primeira divisão que se faz é a didática, onde se divide em: imagens estáticas e imagens dinâmicas. Onde em imagens estáticas eu posso descrever: fotografias, pinturas, mapas. Temos, também, as imagens estáticas tridimensionais tipos: esculturas, em museus [...]. (Ana Garcia, 2017)

Assim, a autora reforça, ainda, sobre as imagens dinâmicas e cita exemplos como: televisão, cinema, entre outros. É enfatizado que o Profissional de Audiodescrição, pode saber as técnicas básicas, mas, provavelmente não saberá descrever por exemplo, se ele for especialista em audiodescrever mapas e de repente for descrever um programa de televisão. Cada área citada acima exige preparo, tempo e estudo.

5.1 O Bibliotecário e a Audiodescrição

Para iniciar as reflexões deste seção, trazemos o conceito de Maia (2011, p. 15) sobre a finalidade de uma Biblioteca, que contempla o objetivo desta pesquisa, traz:

A biblioteca deve funcionar do princípio que pessoas com e sem deficiência devem frequentar seu espaço, buscando uma vida normal e com qualidade. De forma a reafirmar a inclusão para todos os cidadãos, independentemente de ter alguma limitação. A biblioteca deve disponibilizar todos os serviços e espaços, favorecendo uma autonomia plena e livre de barreiras, tirando o estereótipo de que usuários com deficiência apenas devem frequentar bibliotecas especiais, onde, precisam e devem frequentar uma biblioteca tradicional que seja inclusiva.

O bibliotecário como um educador inclusivo e com habilidades para mapear

os usuários com algum tipo de deficiência, pode tornar a biblioteca um espaço inclusivo. Devemos levar em consideração que existem deficiências ocultas que são imperceptíveis a olho nu, o que ocasiona constrangimento para o usuário. Outro estereótipo é pensar que a pessoa com Deficiência não consegue fazer nada sozinho. Ela consegue, porém, tem que haver acessibilidade (Silva; Spudeit, 2021, p.2):

mesmo com a aprovação de leis e programas diversos no país, no âmbito das bibliotecas universitárias, pessoas com deficiência tendem a ser excluídas violando-se o seu direito de acesso à informação e conhecimento devido às barreiras como: ausência de formação e competências dos bibliotecários para atender necessidades específicas, cultura organizacional no que tange ao entendimento dos direitos constitucionais, do processo de inclusão e sua implantação, assim como problemas de comportamento anti-éticos no atendimento a esse público.

Não podemos deixar de mencionar, que o primeiro impacto que tomamos, é saber que grande parte das Escolas que possuem Bibliotecas, não possuem Bibliotecários e muito menos equipamentos de acessibilidade. A fala se direciona às escolas de ensino fundamental e médio como traz a Lei 12.144 de 2010.

O CRB 6 (2023, p. 6) afirma que: “se aplica tanto para escolas da rede pública quanto para escolas da rede privada de ensino. Independentemente do tamanho da escola, do acervo ou do número de alunos é obrigatório por lei ter uma biblioteca.”

Cabe destacar que a profissão de Bibliotecário é regulamentada pela lei 4.084 de 1962, onde traz em seu artigo 1º” A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia” e reforçada pela Lei 9.674 de 1998. Tannure et. al. (2023, p. 8) enfatiza que: a legislação estabelece que as atividades de administração e direção de bibliotecas, bem como as atividades relacionadas à organização de acervos bibliográficos, são privativas deste profissional.

A nossa pesquisa é direcionada a mostrar como o bibliotecário pode atuar dentro de uma Biblioteca como mediador da informação através da audiodescrição em diferentes modalidades, seja escolar, universitária, especializada, dentre outras.

Assim, cabe ao bibliotecário ser um elemento dinâmico que perceba as necessidades e hábitos informacionais das pessoas com deficiência visual, especialmente no que se refere à leitura e às suas potencialidades enquanto usuários. Desta forma poderá o profissional da informação, realizar um atendimento satisfatório a esses indivíduos nos seus diversos

interesses sejam eles culturais, educacionais ou profissionais, contribuindo para sua inclusão social. (Maia; Maria; Dantas; Neta 2011, p. 4)

Com o avanço tecnológico, é necessário que o bibliotecário tenha em primeiro lugar o amor pela acessibilidade, já que colocá-la em prática muitas das vezes é ~~muito~~ difícil, principalmente por causa dos recursos financeiros que são bem limitados e os equipamentos são caros, o que precisa ficar claro é como afirma Amaral e Cotonhoto (2020, p. 2):

O acesso à informação, a leitura e a escrita são necessárias a qualquer cidadão, pois favorecem o saber, o conhecimento e possibilitam novas descobertas, além de ampliar a visão de mundo. Dessa forma, possibilita ao ser humano exercer sua cidadania, que é um direito de todos e deveria acontecer de forma igualitária.

É direito garantido que as pessoas tenham acesso aos livros, leitura dentre outras providências como garante a Lei 12.696 de 2018 no artigo primeiro: “Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.”

II - O reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

Perguntamos porque a audiodescrição não pode ser inserida neste meio como direito já que é uma tecnologia assistiva e que garante direito ao acesso de informações?

Um exemplo emblemático de TA é a audiodescrição, tecnologia que trata por meio de informações textuais, tanto as imagens estáticas, como ilustrações e ícones, quanto o relato de cenas produzidas pelas imagens dinâmicas em um audiovisual, que é obtida fazendo o uso de legendas com parágrafos escritos. Isso permite que pessoas sem acesso às imagens compreendam o conteúdo visual apresentado. Oferecendo uma narração detalhada e contextualizada das informações contidas nos elementos alvo de representação, a audiodescrição propicia às pessoas com deficiência visual e/ou intelectual uma tecnologia assistiva que permite a acessibilidade informacional. (Silva; Diniz; Ribeiro 2024, p. 3)

A tecnologia avança em diversas áreas, em questão de pouquíssimo tempo, como sabemos, mas como essa ferramenta que se realiza de forma manual e tem

toda uma equipe pode “disputar” com outras tecnologias mais avançadas? Até o presente momento da escrita desta pesquisa, não conhecemos nenhum *software* que faça descrição das imagens, pode parecer simples, mas, para uma Pessoa que é deficiente visual total, é uma possibilidade de conhecer um mundo cheio de cores,

Nessa ausência da audiodescrição, o conteúdo imagético se torna inacessível ou incompleto às pessoas com deficiência visual, sendo sustentado por legendas ou títulos que pouco captam a essência da imagem ou não fazem a suficiente conexão com o texto. Diante desse cenário, a incorporação da audiodescrição como um recurso de acessibilidade nas bibliotecas é imperativa. (Silva; Diniz; Ribeiro 2024, p. 5)

Ressaltamos que a audiodescrição é uma dentre tantas formas em tornar a biblioteca um lugar mais acessível, para além das tecnologias assistivas tem um amparo constitucional como afirma Maia (2022, p. 13):

Com o passar dos anos, foram criadas inúmeras normas e leis para amparar o acesso a bibliotecas de pessoa com deficiência visual em âmbito nacional, como: Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010 (Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares); Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; (LBI - Lei Brasileira de Inclusão conhecida como estatuto da pessoa com deficiência) Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018 (Tratado de Marraqueche) e projeto de Lei nº 3.542 de 2019.

Infelizmente, mediante a falta de informação sobre essa ferramenta e falta de conhecimento por grande parte dos agentes de informação, às Pessoas com Deficiência total tem que procurar outros meios para garantir que tenham acesso às informações. Nessa linha, todo o material que possui imagens, e for fundamental para o entendimento será perdida pela falta de audiodescrição, como afirma Bernardino e Santos (2023, p. 34):

As tecnologias assistivas, que mais auxiliam no acesso à informação dos usuários com deficiência visual, são os leitores de telas. Tratam-se de programas que interagem com o sistema do celular ou com o sistema operacional do computador e capturam as informações apresentadas na forma de texto, transformando essas informações em uma resposta falada por um sintetizador de voz. É importante destacar que os programas de leitura de tela só conseguem ler textos, ou seja, todas as imagens, gráficos e planilhas precisam estar descritos para que as pessoas com deficiência visual tenham pleno acesso à informação.

A audiodescrição vem conquistando espaços diversos devido à eficácia com que se apresenta no desafio de traduzir em palavras aquilo que os olhos das pessoas cegas não podem enxergar, mas que os ouvidos podem entender, para abrir espaço para o conhecimento. (Nora et al. 2023, p.2)

É importante destacar que o processo de audiodescrição deve acontecer na Biblioteca a partir do Processo de Mediação da Informação em que o Profissional faz a Leitura do material para a Pessoa que solicitar o serviço; é o que chamamos de Pessoa Ledora (Medina; Jesus, 2023). O serviço de ledor é uma providência a ser

tomada pela escola para atender a estudantes com deficiência visual e ainda outros com autismo, deficiência intelectual ou qualquer outro impedimento que dificulte o acesso pleno à leitura. O leitor não é necessariamente um audiodescritor, mas necessita ter subsídios fundamentais para traduzir uma imagem quando está lendo um livro, caso ele não possa contar com o apoio de um audiodescritor e um consultor de audiodescrição, este último, obrigatoriamente, é alguém que tem deficiência visual.

O Profissional Ledor tem como missão ler um material independentemente do formato para o usuário, para isto, ele tem que saber as técnicas básicas de audiodescrição. De uma forma mais clara, o leitor não escreve o roteiro, já recebe tudo pronto e assim, a Pessoa que receber essa leitura oralizada fará a sua interpretação, o Ledor, podemos afirmar que é um instrumento de mediação da informação entre o escrito que será oralizado por ele e o usuário. (Braille; Macedo, 2023, slide do curso de audiodescrição UFMA módulo 1)

No contexto da Educação Inclusiva: é aquele que lê para uma pessoa com deficiência ou outra impossibilidade de ler/compreender.

No dicionário, o termo "ledor" é sinônimo de "leitor". No entanto, no âmbito da Educação Inclusiva, o leitor é aquele indivíduo vidente, ou seja, alguém que enxerga, e realiza a leitura em voz alta para uma pessoa com deficiência ou outras condições neurológicas ou de saúde. (Jesus 2020, p?)

O que é Ledor, Mediador e Leitor? Qual a ligação que fazemos para o Bibliotecário? Assim como a Profissão de Audiodescritor que passa mais uma vez por “apreciação”, o Ledor também tem seu projeto de Lei.

A (PL 3513 de 2019) que está em tramitação no congresso e apresenta a seguinte definição no inciso primeiro do parágrafo primeiro:

Ledor, o profissional que atua na transposição de mensagens e contextos expostos em meio impresso a tinta, para uma modalidade de comunicação oral para pessoas com impedimento parcial ou total na realização da leitura, ou na decodificação de textos, em decorrência de deficiências, transtornos ou síndromes;

Em outras palavras, o Ledor fará a leitura de determinado texto ou material através da comunicação oral, para a Pessoa com Deficiência Visual total e dentre outros Públicos. No dicionário on-line, encontramos outra Definição de Ledor “Pessoa que gosta de Ler”. Partindo desse ponto, é importante trazer o conceito de Ledor e Leitor. Isto porque, apesar de serem sinônimos, há diferenças, como aponta (PUC- RIO, p.130) “é a ferramenta de ligação entre o autor ou o leitor e o texto.”

O bibliotecário deve antes de tudo gostar de ler, ser um leitor. O conhecimento e a educação através da pesquisa, da reflexão e do crescimento intelectual são tão importantes quanto a formação acadêmica. A profissão de bibliotecário é vista também como na função de educar, de auxiliar os usuários em como utilizar as fontes de informação, de incentivar o estudante a ler e que este desenvolva o gosto pela leitura. (Pitz; Souza; Boso 2011, p. 412)

Para compreender como funciona o serviço de audiodescrição na Biblioteca, devemos conceituar duas funcionalidades ou habilidades que o Bibliotecário precisa dominar como ser Ledor e Mediador.

6 CONCLUSÃO

Nessa pesquisa tivemos como ponto inicial, demonstrar como a partir de um estudo publicado em 1970 a audiodescrição começou a ganhar espaço em várias partes do mundo e, no Brasil, por volta de 1999 temos os primeiros lampejos da audiodescrição sendo realizada em um evento; aparecendo, ainda, mesmo que de forma tímida, pela Lei 10.048 de 2000.

Pelo caráter de nossa pesquisa ser bibliográfica e pesquisa documental queríamos entender como o termo audiodescrição aparecia na literatura entre 2015 a 2025 na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Infelizmente, na Área de Biblioteconomia não encontramos nenhum documento na base de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Este site apresentou durante a pesquisa instabilidades, e até mesmo chegou a ficar fora do ar, o que atrasou a pesquisa. A outra base de dados escolhida no início da pesquisa foi o Google Acadêmico, que teve resultados abaixo do esperado para a área de Biblioteconomia.

Apesar de pouco tempo para a realização da Pesquisa, a Professora que nos orientou neste trabalho, nos deixou à vontade para que pudéssemos explorar e entender como o bibliotecário pode ser mediador da leitura por intermédio da audiodescrição. Para isto, foi preciso intensificar a leitura sobre as nomenclaturas como a palavra mediador que no Contexto da Biblioteca escolar, o profissional utiliza técnicas de forma direta para incentivar a leitura, por intermédio de rodas de conversa, oficinas, brincadeiras, gincanas. Enquanto o profissional que trabalha na Biblioteca universitária mediará a informação pelo processamento técnico, sistema.

O nosso objetivo foi demonstrar que o bibliotecário pode ser um audiodescritor bom e competente, pois em sua formação acadêmica seja em Biblioteconomia, ou em Ciência da Informação, ele começa a ter contato com a mediação da leitura e da informação. Consideramos que apesar dos percalços como a falta de literatura na área de Biblioteconomia, o proposto foi contemplado.

Somos cientes que no Brasil quando se fala em constituição, tudo funciona bem devagar, mas, consideramos que já tivemos um grande avanço nesses vinte e cinco (25) anos desde que a audiodescrição começou a ser discutida no Brasil. Apesar das Leis, decretos e portarias precisamos da aplicabilidade e divulgação da audiodescrição nas Bibliotecas visto que é um direito constitucional do usuário.

É Importante deixar claro que apesar de não termos citado o Sistema Braille nesta pesquisa, ele é de extrema importância no meio da leitura e da escrita, pois

assim como a audiodescrição, garante acesso à informação dentro de uma Biblioteca, através do livro ou material com escrita Braille. Optamos pela audiodescrição como recurso de mediação por ser menos burocrático a sua aplicabilidade, diferente do Braille, que no caso, o material que a Pessoa com Deficiência Visual utilizará ainda teria que ser transcrito para o Braille.

Como resultado, julgamos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, apesar de que, ficou evidente que o bibliotecário, no geral, tem pouco conhecimento sobre a audiodescrição como recurso de mediação.

Essa pesquisa abre possibilidades para novas investigações. Sugerimos, portanto, novos estudos na análise das técnicas de audiodescrição como na imagem estática e dinâmica, as Habilidades do Bibliotecário, e como a audiodescrição pode ser aplicada na área de Biblioteconomia.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Ana Carolina Correia; MOREIRA, Maria das Graças. **Introdução à audiodescrição em sala de aula**. Paraná: Atena. 2021.

AMARAL, Quezia Barbosa de Oliveira. **Acessibilidade nas bibliotecas do instituto federal do Espírito Santo**. CBBB: Recife. 2024.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Projeto de Lei nº 5156/2013**. Brasília. Câmara dos deputados. Autoria: Sr. Eduardo Barbosa. 4p. 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1065661&filename=PL%205156/2013. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.753 de 30 de Outubro de 2003**.

Brasília: Congresso Nacional. 2003. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4489437&disposition=inline>. Acesso em: 18 jun. 2025. 6p. 2003.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2273, de 2025**. Brasília: Senado Federal. Autoria: Senador Alexandre Vieira Vieira (MDB/SE). 11p. 2025. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9951587&ts=1747842684649&rendition_principal=S&dispositi

[on=inline](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9951587&ts=1747842684649&rendition_principal=S&dispositi). Acesso em: 18 jun. 2025.

CARVALHO, Marielle Duarte. **Educação, arte e inclusão**: audiodescrição como recurso artístico e pedagógico para a inclusão das pessoas com deficiência.

Dourados: UFGD, 2017. 137f.

Coordenadoria de ações educacionais-CAED. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/2014/09/03/qual-a-importancia-da-audiodescricao>. Acesso em: 18 jun. 2025.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade de. **Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan**: diálogo com a biblioteconomia e a ciência da informação, v.27, número 1, p. 160-189, jan/mar 2022. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://drive.usercontent.google.com/download?id=1TEWCEd8awkTPUdD-](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://drive.usercontent.google.com/download?id=1TEWCEd8awkTPUdD-rXbrvphTPXWdDH8Y&authuser=0&acrobatPromotionSource=GoogleDriveListView)

[rXbrvphTPXWdDH8Y&authuser=0&acrobatPromotionSource=GoogleDriveListView](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://drive.usercontent.google.com/download?id=1TEWCEd8awkTPUdD-rXbrvphTPXWdDH8Y&authuser=0&acrobatPromotionSource=GoogleDriveListView). Acesso em: 18 jun. 2025.

GUEDES, Denyse Moreira; BARBOSA, Luciane Maria Molina. Audiodescrição como recurso de apropriação dos signos visuais por adultos cegos. **Intraciência**: Guarujá. 19. 13p. 2020.

MAIA, Élide Lopes. **O papel da biblioteca na construção de um ambiente inclusivo para o usuário com deficiência visual**. Belém: UFRA. 2022.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz et al. O bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual. *In*: 24. Congresso brasileiro de biblioteconomia, documentação e ciência da informação. 2011.

NORA, Talliny Dalla et. al. Colab: uma rede colaborativa de audiodescrição. **Revista eletrônica científica inovação e tecnologia**, Medianeira, v.14, n. 32, p. 20 – 40, jan/abr, 2023.

PERDIGÃO, Luciana Tavares. **Acessibilidade em foco: audiodescrição para**

videoaulas do consorcio CEDERJ. Limieiro do Norte:UECE. 2018. Monografia (especialização).

Rede de leitura inclusiva. Disponível em: <https://novo.redeleiturainclusiva.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; PINTO, Fabiana de Melo Amaral Gonçalves. O bibliotecário, a acessibilidade e a inclusão: uma perspectiva social de atuação.

Revista brasileira de biblioteconomia e documentação, São Paulo, v. 21, p. 1-17, 2025.

SANTOS, Carlos Eduardo dos. **Introdução à audiodescrição** – módulo 1. Brasília: ENAP. 2020.

SCHEER, Claudia. **Apostila audiodescrição**. São Paulo: Governo do Estado.

Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/nossa-atuacao/>

SILVA, Arlete Ferreira; SPUDEIT, Daniela. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo: CBBBD, v. 17, p. 1-27, 2021.

SILVA, Manoela da; BARROS, Alessandra. Formação de audiodescritores consultores: inclusão e acessibilidade de ponta a ponta. **Rev. FAEEBA** – Ed. e Contemp., Salvador, v. 26, n. 50, p. 159-170, set./dez. 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v26n50/0104-7043-faeeba-26-50-159.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

SOUSA, Clemilda dos Santos. **Guia de audiodescrição de imagens**. Fortaleza: UFCE. 2021.

TANNURE, Lúcio Alves et al. **A biblioteca escolar**. Brasília: CFB. 2023. Disponível em:

site<https://frontispicio.wordpress.com/2016/03/07/as-bibliotecas-da-antiguidade/>